

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

SISTEMA DESMASCARADO POR MARX HÁ QUASE 180 ANOS

Alex Rodrigues Teixeira¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão atual sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho e sobre a evolução da acumulação capitalista, com conseqüente centralização do capital em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores. Enfatizamos que o momento é de elevação do exército industrial de reserva e da opressão da classe trabalhadora. A temática é aqui retomada para pensar a conjuntura atual, de retirada e direitos, e para revigorar a luta dos trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: Materialismo histórico; Acumulação do capital; Relações de produção.

CAPITALIST ACCUMULATION SYSTEM DISMISSED BY MARX 180 AGO

Abstract: This article presents a current reflection on the process of production and reproduction of the labor force and on the evolution of capitalist accumulation, with the consequent centralization of capital to the detriment of worker's quality of life. We emphasize that the moment is of raising the reserve industrial army and the oppression of the working class. The theme here is taken up again to think about the current conjuncture, of withdrawal and rights, and to reinvigorate the struggle of Brazilian workers.

Keywords: Historical materialism; Accumulation of capital; Production relations.

¹ Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, Graduado em Economia pela UFMT. Pós Graduado em Gestão Pública pela Universidade de Cuiabá. MBA em Negócios Financeiros pela PUC/Rio.

Introdução

Aqui problematizamos o método do materialismo histórico dialético, onde o componente principal é a consciência social ou consciência de classe que será desenvolvida a partir dos conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e de propriedade.

Trazemos para a reflexão as análises de Behring quanto ao histórico da formação econômico, política e social no Brasil anterior a década de 90 e suas consequências para esse período. E, nesse contexto, realizamos um paralelo entre as análises de Marx sobre a relação de reprodução e a evolução da acumulação capitalista, com consequente centralização dos capitais, opressão da classe trabalhadora e endividamento do Estado.

A importância da consciência social no método marxista

Para Marx, o socialismo é uma etapa intermediária e necessária ao comunismo (sociedade igualitária sem classe ou Estado), onde a classe trabalhadora através da revolução assume o controle do Estado, e passa a controlar a propriedade privada através da ditadura do proletariado. Para muitos desavisados ou oportunistas, essa “ditadura do proletariado” seria o fim da democracia, porém como demonstrado por Lenin, haverá nesta uma inversão da democracia tal qual é vista atualmente, com sua ampliação, substituindo a democracia dos ricos para a democracia do pobre.

A democracia para uma ínfima minoria, a democracia para os ricos – tal é a democracia da sociedade capitalista. Se observarmos mais de perto o seu mecanismo, só veremos, sempre e por toda parte, restrições ao princípio democrático [...]. Lenin (2007, p. 105)

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores... [...] Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica [...]. (Lenin (2007, p. 106)

Porém, o socialismo como diz Gorender (1996, p. 11) ao citar Marx, só será possível se surgir do movimento histórico dos trabalhadores conscientes sem utopias prontas e acabadas.

A concepção materialista da história implicava a reformulação radical da perspectiva do socialismo. Este seria vão e impotente enquanto se identificasse com utopias propostas às massas, que deveriam passivamente aceitar seus projetos prontos e acabados. O socialismo só seria efetivo se fosse criação das próprias massas trabalhadoras, com o proletariado à frente. Ou seja, se surgisse do movimento histórico real de que participa o proletariado na condição de classe objetivamente portadora dos interesses mais revolucionários da sociedade.

Para compreender esse movimento histórico, Buey (2004, p. 139), exemplifica o materialismo prático de Marx, demonstrando que as ideias dos homens mudam de acordo com a mutáveis relações socioeconômicas. E as ideias de cada época são as ideias da classe dominante, da classe possuidora dos principais meios de produção. Sendo que os principais agentes desta transformação são dois, de um lado, o conflito entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e de propriedade existentes e de outro, as revoluções advindas dessas relações.

Gorender (1996, p. 21), deixa claro que não há incoerência na concepção marxista do materialismo histórico, onde a instância econômica é a base da vida social dos homens.

O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas, ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura econômica.

Buey ainda demonstra que o homem para Marx, é ao mesmo tempo fruto das circunstâncias históricas do sistema capitalista e agente de mudanças das mesmas.

No sistema capitalista, a individualidade e a moral humanas se converteram em artigo comercial e a consequência última desta mesquinha é a teatralidade mútua nas relações entre os homens, o domínio da dissimulação e da hipocrisia, que conduzem ao extremo de que sobre o homem sem crédito não só recai o juízo simples de que é pobre, mas também o veredito condenatório de que, ademais, não merece confiança e estima, de modo que é convertido num pária sem sociabilidade, num mau homem. Neste sistema, o homem não é julgado pelo que realmente é, mas pelo que tem, pelo que possui. (Buey, p. 142)

[...] Marx escreveu, em defesa da perspectiva socialista, que, quando se atribui ao proletariado uma missão histórico-universal, não é porque se considere que o proletários são deuses ou estão destinados a ir ao Paraíso, muito pelo contrário: porque nas condições de vida do proletariado (daquele momento) se resumiam todas as condições de vida da sociedade contemporânea no seu extremo mais desumano; porque no proletariado o homem se perdeu a si mesmo, se desumanizou, mas ao mesmo tempo adquiriu consciência teórica desta perda; porque se vê forçado a se revoltar contra esta desumanidade, ante uma indignação que já não é possível negar nem encobrir; porque, para se libertar a si mesmo, tem de suprimir suas próprias condições de vida; porque, para suprimir suas próprias con-

dições de vida, tem de suprimir todas as condições de vida desumanas na sociedade atual. (Buey 2004, p. 146)

Para a melhor compreensão do presente artigo é necessário destacar e realizar uma análise sobre o significado de trabalhadores “conscientes” sem utopias prontas e acabadas.

O termo “consciente” deve ser entendido como consciência social que traz a ideia central de uma sociedade mais humana, com os homens buscando a igualdade entre os homens.

E no desenvolvimento dessa consciência o trabalhador deverá necessariamente compreender e enxergar que no sistema capitalista o homem não é julgado ou visto pelo que realmente é, mas pelo que tem ou pelo que possui e, nessas condições de vida, a sociedade resume o seu extremo mais desumano, onde o homem se perde a si mesmo e assim tende a perceber que é um sistema cruel inverso daquilo que busca.

Outra observação é que através dos conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e de propriedade existentes no sistema capitalista, o homem começa a observar e começa a criar a consciência, que poderá ou não ser a social, da perda e se vê forçado a se revoltar contra esta desumanidade, ante a uma indignação que já não é possível negar nem encobrir. E, para se libertar a si mesmo, tem de suprimir suas próprias condições de vida e para suprimir suas próprias condições de vida, tem de suprimir todas as condições de vida desumanas na sociedade atual e assim revolucionar. Porém, abrimos uma aspa novamente na consciência, pois para que haja transformação social onde a maioria seja contemplada, há a necessidade desta consciência ser social, assim, ser uma consciência da classe trabalhadora formada em todos os aspectos

(econômico, social, político, etc). Pois, no conflito supramencionado o homem irá observar e criar a consciência das perdas, porém se essa consciência vier enviesada pelas ideologias da classe dominante, de ditadores não será uma consciência social, mas uma consciência de utopias prontas e acabadas.

Assim, o método materialista histórico e dialético utilizado por Marx percorre necessariamente o processo denominado de tese, antítese e síntese, ao qual tende a completar o ciclo no sistema capitalista da seguinte forma:

A tese estará em um dado momento do sistema capitalista, onde o conflito no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção e de propriedade existentes causará as revoluções advindas dessas relações. Estando a classe trabalhadora com a consciência social formada, estas revoluções provocarão a transformação social, onde a maioria oprimida, os trabalhadores responsáveis pela revolução, assumirá o controle do Estado e manterá sob sua dominação a minoria, os capitalistas, sendo essa a antítese. Porém essa fase é transitória e tende a levar ao desenvolvimento da sociedade, significando o reencontro do homem com o próprio homem e a superação da alienação vivida no sistema anterior e ao chegar a essa fase, o próprio homem tenderá a extinguir toda e qualquer tipo de classe e o próprio Estado, pois não haverá mais necessidade destes, devido ao nível elevado de consciência social, sendo essa fase final, a síntese.

O destaque e a observação necessária nesse trecho ao qual é o ponto central deste artigo, é que esse processo só terá condições de um dia chegar até a síntese, quando a classe trabalhadora alcançar plenamente a consciência socialista, ao qual implica em conhecimentos sociais e políticos por esta classe, de outra forma, poderá

nem ocorrer a passagem da tese para antítese, ou mesmo em ocorrendo, sempre haverá o retorno para uma nova tese.

O projeto neoliberal implantado no Estado brasileiro a partir de 1990 foi uma contrarreforma?

A pergunta utilizada no título dessa seção é utilizada para balizar a análise de como as forças capitalistas conseguiram implantar seu projeto neoliberal no país, ao qual foi brilhantemente analisado por Elaine Behring em seu livro *Brasil em Contra-Reforma*. Em nosso entendimento, a partir da teoria de Marx, esse projeto não foi necessariamente uma reforma do Estado, mas sim uma contrarreforma nos moldes capitalista, onde aumentou o desemprego, elevou-se o pauperismo, retirou todos os direitos sociais com o objetivo de elevar a acumulação, ou como bem frisado por Behring, para que os capitalistas obtivessem um superlucro.

A mudança, sob o enfoque da teoria de Marx, só teria razão de ser se quem assumisse o poder do Estado naquele momento tivesse sido a classe trabalhadora, mas conforme bem ilustrado por Behring isso não ocorreu. Em 1989 e nos anos que se seguiram na década de 90, quem assume o poder são os representantes da classe dominante, ou seja, do capital. Eles implantam no país uma reforma no intuito de elevar os ganhos da sua classe e dar continuidade ao modelo capitalista de produção e reprodução da riqueza.

Dessa forma, Marx já previa a 180 anos atrás esse tipo de modelo, não caracterizando assim uma reforma, pois não se trata de um projeto pensado sob a ótica de transformações sociais para a grande maioria, para a classe trabalhadora, mas sim um projeto ne-

fasto com ideologias baratas, as quais além de alienar o povo ainda serviu para manter de forma efetiva a ordem dominante.

Antes de entrarmos propriamente nas análises comparativas entre o projeto neoliberal e a teoria de Marx, é necessário também realizar uma breve reflexão sobre os períodos anteriores a 1990.

Como dito por Behring (2009), o trânsito para o capitalismo no Brasil é completado com traços da condição periférica, onde há uma dissociação pragmática entre capitalismo e democracia, a extrema concentração da riqueza, a drenagem para o exterior de significativa parcela de excedente econômico nacional, a persistência de formas pré-capitalistas de trabalho e a depressão do valor do trabalho assalariado.

E, mais adiante Behring (2009) diz que a modernização conservadora é uma espécie de eterno retorno, enquanto os trabalhadores não constituem um movimento contra hegemônico radicalmente democrático, socialista e fundado numa vontade nacional popular para que haja transformações sociais.

E conclui dizendo que no Brasil dos anos 90 repete-se os vários componentes, autoritarismo no Estado e na sociedade, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela e o favor. E assim aconteceu em todos os períodos da história brasileira, em particular a partir de 1930, as chamadas revoluções passivas na definição de Carlos Nelson Coutinho, onde há uma direção da consolidação do capitalismo monopolista.

Para Behring (2009), as transformações no Brasil têm sido o resultado de deslocamentos no interior das frações dominantes, que vêm delegando ao Estado as funções da dominação política, por meio de ditaduras sem hegemonia. Contudo, a revolução passiva não

prescinde de um mínimo de consenso, o que vem se dando por meio da “assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas”. Cita a explicação de Coutinho sobre as duas formas de transformismos identificadas por Gramsci, quais sejam, a incorporação de personalidades políticas dos partidos democráticos à classe conservadora moderna, a molecular, e de grupos radicais inteiros que transitam para o campo moderado.

Visto como se deram as transformações sociais no Brasil até 1990, continuaremos, na sequência lógica, realizando um paralelo das análises de Behring quanto ao projeto neoliberal implantado no país e o que Marx dizia sobre a reprodução contínua do capital e assim, compreendermos que não se trata de uma reforma, mas sim do continuísmo, ou da própria reforma nos moldes capitalista, seguindo com a evolução dos meios para elevação da acumulação, através da concentração, da centralização e da reforma do Estado.

No início, dizia Marx (1996), a concentração dos meios de produção e conseqüente elevação da acumulação, estava dispersa nas mãos de diversos capitalistas, porém com o desenvolvimento dessa concentração começa a surgir a repulsão recíproca entre esses capitalistas:

A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais. (Marx, 1996, p. 255)

Então continua Marx (1996) dizendo que a partir desse momento não se trata mais de concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. Agora é a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Assim é a centralização onde o capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores.

E Marx (1996) lembra que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. E, nesse sentido, os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor.

E, no mesmo sentido dizia Behring (2009), a macroeconomia do Plano Real, criou para a burguesia um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro.

Desta forma, Marx (1996) conclui que enquanto a centralização amplia de maneira acelerada os efeitos da acumulação, com a elevação, inclusive, da expropriação de capitalista por capitalista, simultaneamente, diminuem a demanda relativa por trabalho, devido principalmente ao desenvolvimento da tecnologia. Com isso, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, por-

tanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. De outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele.

Para Marx (1996) todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador, todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, aos quais, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina. Aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma, desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho. Segue, portanto, que à medida que se acumula capital, as condições de trabalho, qualquer que seja a ocupação do trabalhador, superior ou inferior, tende a piorar.

Percebam que se não fosse demonstrado a fonte das palavras anteriores, qualquer leitor diria que estaríamos narrando os acontecimentos ocorridos na década de 1990, com o modelo neoliberal implantado no país, mas também, de qualquer outra época da era capitalista no Brasil.

De acordo com Marx (1996), num determinado momento, a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, visando servir às necessidades de aproveitamento por parte do capital. Isso porque a massa da riqueza social, com o progresso da acumulação, visando multipli-

cação do capital, lança-se em ramos da produção novos e antigos, e nesses casos há necessidade de grandes massas humanas disponíveis para serem utilizadas, quando preciso for, sem quebra da escala de produção. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou subempregados.

O exército industrial de reserva avança mais rápido do que a própria revolução tecnológica, pois ela é funcional a acumulação de capital.

Assim Marx (1996, p. 266) dizia, o “sobretabalho” da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobre trabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do “sobretabalho” da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente.

Nesse sentido, para manter essa funcionalidade, Marx dizia que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital.

Assim conclui Marx (1996, p. 270), os trabalhadores desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida

em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles.

Esse é o retrato do sistema capitalista e que qualquer forma tomada por este, seja liberal, neoliberal, keynesiana, estruturalista, conservadora, etc., o resultado sempre será o mesmo, que são os resultados das análises efetuadas por Behring ao longo do livro.

Marx (1996, p. 271), fala ainda da questão do descarte de trabalhadores após alcançarem a idade adulta, dizendo que quando as novas tecnologias se tornam os fatores principais, precisa-se maciçamente de trabalhadores masculinos até ultrapassarem a juventude. Uma vez atingido esse termo, só um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida. A contradição não é mais gritante do que a outra, a de que haja queixas quando à carência de braços ao mesmo tempo que muitos milhares estão na rua, porque a divisão de trabalho os acorrenta a determinado ramo de atividades. O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Assim, ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo.

Marx (1996, p.272) demonstra também como o capital é responsável pelo êxodo rural, que engrossa a massa dos desempregados urbanos. Então diz: assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano. Esse volume de

transferência para a cidade se torna visível assim que os canais de escoamento se abram de modo amplo e o trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo.

Há ainda, conforme descrito por Marx (1996), a categoria do exército de reserva relativo, a estagnada, que constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Estaríamos falando na atualidade da grande massa dos trabalhadores informais ou autônomos.

Finalmente, diz Marx (1996, p. 273), o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Sendo os vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpem proletariado propriamente dito. Essa camada social consiste em três categorias: (1) Os aptos para o trabalho, onde sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios; (2) Os órfãos e crianças indigentes, eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores; (3) E os últimos são os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho, que são notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e as vítimas da indústria, cujo número cresce com a ma-

quinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc.

O pauperismo constitui assim, o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence às “despesas acidentais” da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média.

Nesse sentido concluía Marx (1996, p. 273):

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.

Marx (1996) diz que a primeira palavra desse ajustamento é a criação de um exército industrial de reserva e a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo. A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana — essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalha-

dor quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital.

Então, o projeto neoliberal implantado no Brasil na década de 1990 e bem pormenorizado por Behring (2009) é na verdade a continuidade mais bem elaborada, diga-se de passagem, da cartilha do sistema capitalista, a qual foi desmascarada por Marx em meados de 1800 e que persiste na atualidade.

Esse projeto, seguindo a cartilha do capital, abriu o mercado interno ao capital internacional, porém seus malefícios não foram amargados pela burguesia interna, como dizem alguns autores, muito pelo contrário, houve inclusive um fortalecimento desta. Os malefícios desse projeto nefasto foram jogados nas costas e, consequentemente, sentido pela camada mais pobre da população brasileira e pela classe trabalhadora e que, conforme demonstrado por Marx, faz parte do modo de produção capitalista.

O projeto neoliberal, comparativamente, ao dito por Marx (1996), demonstrou que não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes quebrando assim toda sua resistência.

E Marx vai um pouco além, parece até que analisava no Brasil a “governance” neoliberal, dizendo que a dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado. Daí ser totalmente conseqüente a doutrina moderna de que um povo torna-se tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital. E com o surgimento do endividamento do Estado, o lugar do pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, é ocupado pela falta de fé na dívida do Estado.

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante.

Assim, Marx (1996) diz que desde seu nascimento, os grandes bancos, decorados com títulos nacionais, eram apenas sociedades de especuladores privados, que se colocavam ao lado dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida do Estado não tem medidor mais infalível que a alta sucessiva das ações desses bancos. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, por ele mesmo fabricado, se tornasse a moeda, com a qual o Banco fazia empréstimos ao Estado e, por conta do Estado, pagava os juros da dívida pública. Não bastava que ele desse com uma mão para retomar mais tarde com a outra: ele, enquanto recebia, continuava eterno credor da nação até o último tostão adiantado. Progressivamente, tornou-se o receptáculo

inevitável dos tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito.

A dívida do Estado se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, e o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, a elevação de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos causado pela acumulação de dívidas contraídas, sucessivamente, força o governo a tomar sempre novos empréstimos para fazer face a novos gastos. O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários (portanto, encarecendo-os), traz em si mesmo o germe da progressão automática. A super tributação não é um incidente, mas um princípio.

Então, tudo que verificamos até aqui, porém da forma mais nefasta como o projeto neoliberal implantado no Brasil, faz parte do receituário do sistema capitalista e daquilo que Marx já havia desmascarado há quase 180 anos.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2008.

BUEY, Francisco Fernández. *Marx (Sem Ismos)*. tradução e apresentação Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

GORENDER, Jacob. *Apresentação de O CAPITAL: Crítica a Economia Política – O processo de produção do Capital*. revisão Paul Singer, tradução Regis Barbosa e Flávio R Klothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

LENIN, Valdimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. tradução revista por Aristides Lobo. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *O CAPITAL: Crítica a Economia Política – O processo de produção do Capital*. Vol. 1, livro primeiro Cap. I a XII, revisão Paul Singer, tradução Regis Barbosa e Flávio R Klothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.